

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2022
EDITAL Nº 02/2022

PREÂMBULO

A CÂMARA MUNICIPAL DE ALTAIR - SP, neste ato representado pelo(a) Senhor(a) DEVANI BISPO DOS SANTOS, torna público, para conhecimento dos interessados, que o Pregoeiro acompanhado de sua Equipe de Apoio nomeados pela Portaria nº 04/22, se reunirá no dia, hora e local designados neste Edital, onde realizará certame licitatório na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** pelo **MENOR PREÇO**, o qual observará os preceitos de direito público em especial, às disposições da Lei n.º 10.520, subsidiariamente, da Lei n.º 8.666 e suas alterações, e Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações e subordinado às condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

ENTREGA DOS ENVELOPES: o licitante deverá apresentar os envelopes n.º01 – Proposta Comercial e n.º 02 – Documentos de Habilitação e demais declarações até as 09h00min do dia 02/08/2022.

CRENCIAMENTO: a partir das 09h00min do dia 02 de agosto de 2022, no mesmo local.

INÍCIO DA SESSÃO: Imediatamente após o credenciamento.

1.1. A sessão de processamento do Pregão Presencial será realizada no Departamento de Licitações da Câmara Municipal de Altair/SP, sito Rua Quatro, nº 240, centro, Altair/SP, e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

1.2. Os envelopes contendo a proposta, os documentos de habilitação e os documentos de credenciamento serão recebidos no endereço acima mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão Presencial, até a data e horário supracitados.

1.3. Serão recebidos os envelopes encaminhados via postal, desde que entregues no Departamento de Licitações da Câmara Municipal de Altair/SP, dentro da data e horário marcada para início do credenciamento, obedecidos os termos e condições deste edital. O Departamento de Licitações não será responsável pelo extravio ou abertura de envelopes, que não seja procedida pelo mesmo.

1.4. Todas e quaisquer remessas, referente ao presente certame, que se derem via postal, será somente aceita se for através de carta registrada, ou aviso de recebimento, ou outro meio em que reste comprovado, de forma inequívoca, que o Departamento de Licitações tenha efetivamente recebido em tempo hábil para devida apreciação, observadas as disposições referentes à data e horário de que trata este edital.

1.5. A remessa via postal implicará na renúncia do licitante em credenciar preposto para representá-lo na sessão de procedimentos do Pregão Presencial, assim como importará na preclusão do direito de ofertar lances verbais e de manifestação de intenção de recorrer, e ainda na aceitação tácita das decisões tomadas na sessão respectiva.

1.6. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público que impeça a realização deste evento na data marcada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independente de nova comunicação, no mesmo horário.

1.7. A sessão pública será única, porém, poderá, à critério do pregoeiro, ser declarada suspensa para intervalo de almoço, compreendido das 11:00 horas até as 13:00 horas, e caso estender-se até o horário de encerramento do expediente, poderá à critério do pregoeiro, ser declarada suspensa,

determinando-se a sua continuidade para o dia útil imediatamente seguinte, no horário determinado pelo pregoeiro.

1.8. Na reabertura de sessão, acontecendo a ausência de participante classificado para os lances verbais, não caracteriza sua desclassificação em lances efetivamente já dados pelo mesmo.

2. DO OBJETO

Constitui objeto da presente licitação, aquisição de um veículo novo tipo sedã, 0Km (zero quilometro), conforme as especificações descritas no Termo de Referência - ANEXO I.

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame licitatório, todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto licitado, bem como aqueles que preencherem as condições de credenciamento constantes deste edital.

3.2. É vedada a participação:

3.2.1. Pessoas jurídicas de que trata o Artigo 9º, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações;

3.2.2. Que estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com a Prefeitura Municipal de Altair/SP ou que estejam impedidas ou tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com qualquer outro órgão da administração pública Federal, Estadual e Municipal;

3.2.3. Com falência judicialmente decretadas ou em processo de em dissolução ou em liquidação, estrangeiras que não funcionem no País;

3.2.4. Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei nº 9.605, de 1998;

3.2.5. Que estejam reunidas em consórcio, ou que sejam controladoras, ou coligadas ou subsidiárias entre si.

3.3. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, nada lhe sendo devido pela Administração em razão de tais custos.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. Os representantes das interessadas em participar do certame deverão se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro, devidamente munidos de documentos que os credenciem a participar desta licitação, inclusive com poderes para formulação de ofertas e lances verbais.

4.2. O credenciamento dos licitantes presentes terá início no dia e horário em epígrafe estipulados. Uma vez declarada, pelo Pregoeiro, aberta a sessão, com o início dos credenciamentos, não serão admitidos ou aceitos o recebimento de novos envelopes.

4.3. Os representantes deverão apresentar sua documentação para credenciamento no início da sessão de recebimento e abertura dos envelopes, acompanhado de seus documentos pessoais (RG, CPF, CNH, etc., originais ou cópias).

4.4. Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir no procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua

representada, não sendo admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

4.5. Por credenciamento entende-se a apresentação dos documentos abaixo especificados, conforme as diferentes hipóteses de representação, em todos os casos acompanhados de documento oficial de identidade.

4.5.1. Tratando-se do representante legal:

- a) O estatuto social, ou contrato social, ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

4.5.2. Tratando-se de procurador:

- a) Procuração, por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, tendo a firma reconhecida por tabelião;
- b) Estatuto Social, ou Contrato Social, ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos os poderes para exercer direitos e assumir obrigações do mandante da outorga.
- c) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

4.6. Outras Comprovações:

- a) Apresentar Declaração de Cumprimento de Requisitos de Habilitação; **(ANEXO III)**
- b) Comprovar a qualidade de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte por Certidão, ou Documento de Enquadramento, ou por qualquer outro meio hábil que possa comprovar a qualidade Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, sob pena de não usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, ou por qualquer outro meio hábil que possa comprovar a qualidade Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte; **(ANEXO VI)**

4.7. Apresentada a Declaração de Cumprimento aos Requisitos de Habilitação, e constatada, na fase de habilitação documental, a Inabilitação de Documentação, será imediatamente desclassificado o proponente em questão, incorrendo nas sanções previstas no art. 87, III, IV, da Lei 8.666/93 c/c art. 7º da Lei 10.520/02. Justifica-se tal sanção face a declarante movimentar-se durante todas as fases do processo, **DECLARANDO-SE INICIALMENTE HÁBIL EM SUA DOCUMENTAÇÃO** e ao final fazendo promover a possibilidade de frustração, ainda que parcial, dos objetivos da licitação.

4.8. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que se enquadrar em qualquer das vedações do artigo 3º, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 123 de 2006, não poderá usufruir do tratamento diferenciado previsto em tal diploma.

4.9. Excetua-se da condição acima tratada, as empresas que se enquadrarem na disposição do art. 42 da Lei Complementar 123/2006 cuja apresentação, será somente referente aos documentos fiscais, que deverão ser apresentados na forma do art. 43, §1º do mesmo diploma legal.

4.10. A não regularização da documentação no prazo previsto de que trata o §1º do art. 43 da Lei Complementar 123/2006, implicará na decadência do direito à contratação sem prejuízo as sanções previstas.

4.11. A não apresentação ou incorreção de quaisquer dos documentos de credenciamento não inabilitará a licitante, mas impedirá o representante de ofertar lances verbais e de manifestar intenção de recorrer, assim como aceitação tácita das decisões tomadas a respeito da licitação.

5. DA ENTREGA DAS DOCUMENTAÇÕES

5.1. A entrega dos documentos para credenciamento, e os envelopes contendo a proposta de preço e os documentos para habilitação, se dará em conjunto no dia e horário aprazado.

5.2. Os envelopes contendo a proposta de preço e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em dois envelopes fechados e indevassáveis contendo em sua parte externa, os seguintes dizeres:

A) (para o envelope 01)
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTAIR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS
PREGÃO PRESENCIAL – Nº 02/2022
(NOME DA EMPRESA)
(CNPJ DA EMPRESA)

B) (para o envelope 02)
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTAIR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL – Nº 02/2022
(NOME DA EMPRESA)
(CNPJ DA EMPRESA)

5.3. Os documentos de proposta de preços e documentos de habilitação, serão apresentados separadamente cada qual em seu envelope. O envelope nº 01 (proposta de preços) e nº 02 (documentos de habilitação) serão apresentados simultaneamente em conjunto até a data de encerramento da presente licitação devidamente lacrados.

5.4. Os documentos entregues via postal seguirão as mesmas disposições ordenadas pelo presente edital, no que tange os documentos para credenciamento, propostas e documentos de habilitação.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

6.1. O envelope “Proposta de Preço” deverá conter a proposta de preço da licitante, que deverá atender aos seguintes requisitos:

I) Ser apresentada conforme modelo constante do **ANEXO II** deste Edital contendo, no mínimo, as mesmas informações exigidas, assinado por quem de direito, em 01 (uma) via, no idioma oficial do Brasil, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, devidamente identificadas todas as folhas com o número de inscrição no CNPJ ou timbre impresso da empresa, constando o preço de cada item expresso em Real (R\$), consideradas apenas duas casas decimais, em algarismos arábicos, conforme o formulário mencionado acima, devendo suas folhas serem rubricadas;

II) Apresentar os preços completos, computando todos os custos necessários para o atendimento do objeto desta licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes (carga, transporte e descarga), seguros, deslocamentos de pessoal, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, constante da proposta;

III) Constar prazo de validade das condições propostas não inferior a 60 (Sessenta) dias correntes, a contar da data de apresentação da proposta. Não havendo indicação expressa será considerado como tal;

IV) Indicar a razão social da empresa licitante, número de inscrição no CNPJ do estabelecimento da empresa que efetivamente irá fornecer o objeto da licitação, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato, nome do responsável por assinar o contrato, RG e CPF, endereço completo (domicílio), número da conta corrente bancária (pessoa jurídica), agência e banco. Os dados referentes à conta bancária poderão ser informados na fase de contratação;

V) Prazo e Local de entrega: Entrega imediata, até 24 (vinte e quatro) horas após requisição, nos locais indicados pelo setor requisitante.

VI) Condições de pagamento: Até 30 (trinta) dias após apresentação da nota fiscal;

6.2. Ocorrendo discrepância entre o valor unitário e total, será considerado o primeiro.

6.3. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.4. A Proposta de Preços será considerada completa abrangendo todos os custos necessários à entrega do objeto em perfeitas condições de uso.

6.5. Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório.

6.6. A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital.

6.7. Em nenhuma hipótese poderá ser alterada a proposta apresentada, seja quanto ao preço, condições de pagamento, prazos ou outra condição que importe em modificação dos termos originais.

6.8. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

7. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados preferencialmente na mesma ordem sequencial em que se dispõe neste edital, não caracterizando desclassificação pelo não cumprimento.

7.2. RELATIVO À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

7.2.1. Cédula de Identidade de qualquer um dos sócios majoritários, ou do administrador da empresa, que neste caso, deverá estar acompanhado do documento de nomeação;

7.2.2. Registro Comercial, no caso de empresa individual;

7.2.3. Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

7.2.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

7.2.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

OBSERVAÇÃO:

- O ramo de atividade constante do objeto social deverá ser compatível ao objeto ora licitado.

7.3 - RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

7.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

7.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.3.3. Certidão Negativa de Débitos Municipais (CNDM), expedida pelo Município do seu domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.3.4. Certidão Negativa de Débitos Estaduais ou prova de regularidade para com a Fazenda Pública Estadual;

7.3.5. Certidão conjunta negativa de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil;

7.3.6. Certificado de Regularidade de Situação (CRS) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

7.3.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, comprovando inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho.

7.4. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

7.4.1. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelo Cartório de Distribuição da Comarca da sua sede.

7.5. OUTRAS COMPROVAÇÕES:

7.5.1. Declaração formal de que o licitante não possui em seu quadro pessoal, empregado ou associado realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre, menor de dezoito anos, em qualquer trabalho menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos do inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal (Lei Federal nº 9.854/1999); **(ANEXO V).**

7.5.2. Declaração expressa do responsável pela empresa licitante de que a mesma não se encontra inadimplente ou impedida perante a Administração Pública de participar de licitações e nem é objeto de quaisquer restrições ou notas desabonadoras no Cadastro de Fornecedores de órgãos públicos Federal, Estadual ou Municipal. **(ANEXO IV).**

7.5.4. Declaração de que examinou o presente Edital e seus anexos, e que concorda com seu conteúdo, e submete-se a todas as exigências estabelecidas no mesmo; **(ANEXO VII)**

7.6. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A HABILITAÇÃO:

7.6.1. A licitante deverá indicar o nome do representante legal, com poderes (procuração) para assinatura do Termo de Contrato, com números dos documentos de identidade - CPF – Cadastro de Pessoa Física e RG – Registro Geral;

7.6.2. Caso a empresa vencedora do certame não tenha apresentado a documentação exigida, no todo ou em parte, será esta desclassificada, podendo ser aplicadas às penalidades previstas na legislação que rege o procedimento, e será convocada, então, segundo a ordem de classificação, a próxima classificada;

7.6.3. A critério da licitante poderão ser usados os modelos das declarações anexas ao edital.

7.6.4. O Pregoeiro poderá solicitar aos licitantes quaisquer esclarecimentos que julgar necessários à correta avaliação da documentação apresentada, bem como realizar diligências necessárias à comprovação das informações fornecidas.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO

8.1. No dia, hora e local designados no preâmbulo deste Edital, na presença dos representantes de todas as licitantes, devidamente credenciados, e demais pessoas que queiram assistir ao ato, o Pregoeiro tornará pública e aberta a sessão, verificando a conformidade na entrega da documentação lacrada quando de sua entrega, nas condições descritas no preâmbulo;

8.2. Encerrada a fase de recepção dos documentos exigidos na licitação, o pregoeiro concluirá, se ainda não o tiver feito, o exame dos documentos de credenciamento dos representantes das licitantes, exame este iniciado antes da abertura da sessão;

8.3. Concluídas a fase de recepção dos documentos exigidos na licitação e de credenciamento dos representantes das licitantes, o Pregoeiro promoverá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, conferindo-as e rubricando-as em todas as suas folhas;

8.4. Após a entrega dos envelopes não caberá desistência, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro;

8.5. Após a abertura do primeiro envelope de proposta de preços, não será aceito qualquer outro envelope de licitante.

9. DO JULGAMENTO

9.1. Serão abertos os envelopes “Proposta de Preço” de todas as licitantes, cujos envelopes forem recepcionados;

9.1.2. O Pregoeiro informará aos participantes presentes quais licitantes apresentaram propostas de preço para o fornecimento do objeto da presente licitação e os respectivos valores ofertados;

9.1.3. O Pregoeiro fará a ordenação dos valores das propostas, em ordem crescente, de todas as licitantes;

9.1.4. O Pregoeiro classificará a licitante da proposta de menor preço e aquelas licitantes que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente a de menor preço, para que seus autores participem dos lances verbais;

9.1.4.1. O valor máximo, em reais, das propostas a serem admitidas para a etapa de lances verbais, conforme subitem 9.1.4, será o valor da proposta válida de menor preço, multiplicada por 1,10 (um vírgula dez), desprezando a terceira casa decimal;

9.1.5. Quando não houver, pelo menos, 3 (três) propostas de preços, escritas, nas condições definidas no subitem anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas, até o máximo 3 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas;

9.1.6. Em seguida, será iniciada a fase de apresentação de lances verbais a serem propostos pelos representantes das licitantes classificadas para tanto, lances verbais estes que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes, ficando esclarecido que o valor do primeiro lance verbal deverá ser inferior ao valor da menor proposta escrita ofertada;

9.1.7. O Pregoeiro convidará os representantes das licitantes classificadas (para os lances verbais), a apresentar, individualmente, lances verbais, a partir da proposta escrita classificada com o maior preço, prosseguindo sequencialmente, em ordem decrescente de valor;

9.1.8. Caso não mais se realize lances verbais, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo **CRITÉRIO DE MENOR PREÇO**;

9.1.9. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará exclusão da licitante das rodadas posteriores de oferta de lances verbais, ficando sua última proposta registrada para classificação, no final da etapa competitiva;

9.1.10. Caso não se realize nenhum lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço para cada item e o valor estimado para a contratação;

9.1.11. Declarada encerrada a etapa competitiva e classificadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, observado o disposto no subitem 9.1.10 anterior, decidindo motivadamente a respeito, sendo observado, para efeitos da Lei Complementar nº. 123/06, o disposto no item 10 “DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE”, deste Edital;

9.1.12. Caso haja empate nas propostas escritas, ordenadas e classificadas, e não se realizem lances verbais, o desempate se fará por sorteio, em ato público, na própria sessão do Pregão ou, em sendo este suspenso, por razões adversas, em sessão pública convocada oficialmente para esta finalidade;

9.1.13. Nas situações previstas em lei, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o representante credenciado para que seja obtido preço melhor, sendo certo que o resultado da negociação final não implica em sua imediata aceitação, podendo o Pregoeiro, a seu critério, suspender a sessão para verificação da admissibilidade do preço proposto;

9.1.14. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às sanções administrativas constantes deste Edital;

9.1.15. Será desclassificada a proposta que contiver preço ou entrega do objeto condicionada a prazos, descontos, vantagens de qualquer natureza não previstos neste Pregão, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido;

9.1.16. Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa apresentada e na proposta oficial, prevalecerão as da proposta; em caso de divergência entre o valor unitário e global, prevalecerá o de menor valor financeiro.

9.2. Etapa de Habilitação, Declaração da Licitante Vencedora e Adjudicação:

9.2.1. Efetuados os procedimentos previstos no item 9.2 deste Edital, e sendo aceitável a proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro anunciará a abertura do envelope referente aos "Documentos de Habilitação" desta licitante;

9.2.2. As licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão inabilitadas;

9.2.3. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação fiscal exigida para efeitos de habilitação, sob pena de inabilitação, ainda que essa apresente alguma restrição;

9.2.4. Havendo alguma restrição na documentação para comprovação da regularidade fiscal, no caso de microempresas e empresas de pequeno porte definidas pela Lei Complementar 123/2006 que tenham apresentado a respectiva declaração, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da declaração de vencedor do certame, ou seja, da adjudicação do objeto, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, devendo a empresa interessada apresentar as respectivas certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa;

9.2.5. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior (9.2.4) implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da proposta apresentada, bem como na declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo de 05 (cinco) anos, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação;

9.2.6. Constatado o atendimento das exigências previstas pelo Edital, a Licitante será declarada vencedora, valendo-se do CONTRATO para efeito de adjudicação, na hipótese de inexistência de recursos e, em havendo o recurso, a deliberação quanto a validade da ata será efetuada pelo(a) Sr(a). Prefeito(a) Municipal;

9.2.7. Se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame, pelo Pregoeiro;

9.2.8. Da sessão do Pregão será lavrada ata circunstanciada, que mencionará as licitantes credenciadas, as propostas escritas e as propostas verbais finais apresentadas, a ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos, devendo

ser a mesma assinada, ao final, pelo Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e pelo(s) representante(s) credenciado(s) da(s) licitante(s) presente(s) à sessão; uma vez não assinada pelo representante presente, deverá este declinar de seu direito de interposição de recurso, mediante declaração de próprio punho;

9.2.9. Os envelopes com os documentos relativos à habilitação das licitantes não declaradas vencedoras permanecerão em poder do Pregoeiro, devidamente lacrados, até que seja assinado o respectivo CONTRATO. Após esse fato, ficarão por 20 (vinte) dias correntes à disposição das licitantes interessadas para retirada. Findo esse prazo, os que ainda se encontrarem em poder desta Administração poderão ser destruídos;

9.2.10. Declarada a proposta vencedora, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, que será registrada na ata respectiva, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias para apresentação de razões de recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.2.11. Interposto o recurso, o Pregoeiro prestará as informações que entender convenientes e o encaminhará ao Executivo Municipal para julgamento, com base em parecer jurídico.

9.2.12. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, será adjudicado o objeto da licitação e homologado o procedimento pelo Legislativo.

9.2.13. A ausência de manifestação imediata e motivada das licitantes importará:

- a) A decadência do direito de recurso;
- b) A adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora;
- c) O encaminhamento do processo para a homologação, pelo Legislativo.

10. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

10.1. Nos termos dos artigos da Lei Complementar n.º 123/06, após a classificação final dos preços propostos, como critério de desempate, será dada preferência à contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que o menor preço ofertado ao final da rodada de lances não seja de uma microempresa ou empresa de pequeno porte;

10.2. O empate mencionado no caput deste item será verificado na(s) situação(ões) em que a(s) proposta(s) apresentada(s) pela microempresa ou empresa de pequeno porte seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior(es) à(s) proposta(s) mais bem classificada(s) em cada item, assim considerada a proposta válida após todos os lances ofertados, ocasião(ões) na(s) qual(si), proceder-se-á da seguinte forma:

10.2.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada para cada item poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

10.2.2. Não ocorrendo o interesse da microempresa ou empresa de pequeno porte, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação definida no subitem 9.4.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

10.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem empatadas, será realizado sorteio entre elas para que se identifique

aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta, sendo convocado para o ato todos os licitantes partícipes;

10.4. Na hipótese da não contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, na própria sessão pública, após verificação da documentação de habilitação.

11. DAS DESCLASSIFICAÇÕES

11.1. Serão desclassificadas as licitantes que:

11.1.1. Não atenderem os dispositivos referentes aos Documentos de Proposta e Habilitação, assim como demais disposições deste edital e seus anexos.

11.1.2. Em qualquer fase do processo for comprovada a ocorrência do que trata o Artigo 9º, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações; e/ou estar com impedimento na participação de licitação, por Declaração de Inidoneidade por qualquer órgão da Administração Pública: Federal ou Estadual ou Municipal; estar em estado de falência e concordata.

11.1.3. Se todos os Licitantes forem considerados inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, o Departamento de Licitações poderá fixar-lhes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas que ensejaram a desclassificação.

12. DA CONTRATAÇÃO

12.1. O TERMO DE CONTRATO deverá ser assinado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de homologação do certame pela imprensa oficial.

13. DO PREÇO

13.1. O preço a ser pago pelo objeto da presente licitação será aquele constante da proposta vencedora, devidamente inserido no respectivo CONTRATO.

14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. A despesa decorrente com a contratação do objeto desta licitação correrá através da seguinte Dotação Orçamentária, suplementada se necessário:

Código da Ficha 2

Órgão 01 – Poder Legislativo

Unidade 01 – Câmara Municipal

Dotação: 01.031.0001.1002.00004.4.90.52.00

Natureza da Despesa: Equipamentos e Material Permanente.

15. PAGAMENTO

15.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após recebimento da nota fiscal pela tesouraria.

16. DAS PRERROGATIVAS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

16.1. Acompanhar e fiscalizar, por meio de preposto designado pelo Departamento requisitante, a entrega do objeto deste Edital;

16.2. A entrega do objeto deste Contrato será acompanhada pelo agente público designado pelo Departamento Requisitante;

16.3. Paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução da entrega, de forma parcial ou total, mediante pagamento único e exclusivo da entrega executada;

16.4. Efetuar o pagamento na forma e prazo previsto neste Edital;

16.5. O Departamento Requisitante, por meio de representante e a qualquer tempo, terá acesso à inspeção das entregas, verificando as condições de atendimento da proposta.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1. Executar a entrega do objeto em conformidade com os parâmetros delineados em propostas apresentadas e com os rigores previsíveis em normas de regência;

17.2. Antes de apresentar sua proposta o licitante deverá analisar as especificações, de modo a não incorrer em omissões, que jamais poderão ser alegadas quando da execução do contrato, em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços;

17.3. Manter à frente pessoa qualificada para representá-la junto à fiscalização;

17.4. Proceder à substituição do pessoal, quando necessário, que por qualquer motivo fique impossibilitado de realizar a entrega do objeto;

17.5. Responsabilizar-se por danos causados diretamente a Câmara de Altair/SP ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato ou por seu empregado ou preposto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização;

17.6. Assumir toda responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato;

17.7. Cientificar a Câmara do andamento das entregas, quando for o caso;

17.8. Participar ao Poder Público, com a antecedência necessária, eventuais diligências a seu encargo;

17.9. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme disposto no artigo 55, inciso XIII da Lei Federal nº 8.666/1993.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Em caso de inexecução do CONTRATO, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento ou não veracidade das informações prestadas por força deste edital e ou de seus anexos e ou não cumprimento das declarações prestadas, a licitante CONTRATADA estará sujeita às seguintes sanções administrativas:

I) Advertência;

II) Multas:

a) De 1% (um por cento) sobre o valor total do CONTRATO ou do item da mesma, nesse último caso quando a licitação tenha sido julgada e adjudicada por item, considerando, para fins de cálculo do valor da multa, somente a parcela do CONTRATO ou do item da mesma inadimplida, por dia de atraso no cumprimento de quaisquer de suas obrigações previstas no CONTRATO, durante o período de 30 (trinta) dias, sendo aplicado em dobro findo este prazo;

b) De 5% (cinco por cento) sobre o valor total do CONTRATO ou do item da mesma, nesse último caso quando a licitação tenha sido julgada e adjudicada por item, considerando, para fins de cálculo do valor da multa, somente a parcela do CONTRATO ou do item da mesma inadimplida, por infração a qualquer cláusula ou condição do CONTRATO, e aplicada em dobro na sua reincidência;

c) De 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o CONTRATO ou em aceitar ou em retirar o instrumento equivalente, ou deixar de apresentar os documentos exigidos para sua celebração, conforme o caso, no prazo e condições estabelecidas.

III) Impedimento de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Altair, pelo prazo de até cinco anos, para a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o CONTRATO, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do CONTRATO, executar a mesma em desconformidade com as determinações da Prefeitura;

IV) Declaração de inidoneidade da licitante adjudicatária no caso desta portar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, prazo esse que vigorará enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a sanção, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

18.2. No processo de aplicação de sanções, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação, à exceção da declaração de inidoneidade, cujo prazo de defesa é de 10 (dez) dias úteis.

18.3. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a licitante contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da licitante contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

18.4. As sanções previstas nesta cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo.

18.5. O processo de aplicação de quaisquer das penalidades previstas iniciar-se-á com a instauração de processo administrativo para esta finalidade, assegurado o contraditório e a ampla defesa, os prazos definidos e a publicidade que o caso requer.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. As normas que disciplinam essa licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, atendidos o interesse público e o da Administração, sem comprometimento da segurança da contratação;

19.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualidade e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública deste Pregão e desde que não fique comprometido o interesse do órgão promotor do certame, bem como a finalidade e a segurança da futura contratação;

19.3. É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo;

19.4. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital;

19.5. A adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora e a homologação do resultado desta licitação não implicarão direto a contratação;

19.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na Câmara Municipal de Altair -SP, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

19.7. A Câmara Municipal de Altair poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do art. 49, da Lei no 8.666/93;

19.8. No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do Pregão, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas;

19.11. Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da presente licitação, será transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário, anteriormente estabelecidos;

19.12. Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, a serem assinadas pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes, sendo que as recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata;

19.13 Todos os documentos de habilitação e propostas serão rubricados pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes que desejarem;

19.14. Quaisquer alterações, quer seja reabertura de prazo, suspensão ou aviso, estas serão disponibilizadas no mesmo site em que fora disponibilizado o edital;

19.15. Os casos omissos do presente edital serão solucionados pelo Pregoeiro.

20. DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. O Departamento de Licitações da Câmara Municipal de Altair, fornecerá cópia do presente Edital e seus anexo, devendo os mesmos serem retirados no Departamento de Licitações, sito a Praça Joaquim Carlos Garcia, nº 384, centro, Altair/SP, das 08:00 h às 11:00 h e das 13:00 h às 16:00 h de segunda-feira à sexta-feira, ou através do site da Câmara Municipal de Altair/SP, ou ainda podendo ser solicitados através do e-mail: camaramunicipalaltair@hotmail.com

20.2. O licitante interessado poderá solicitar o Edital e Anexos através de gravação em discos removíveis e demais informações a respeito da presente licitação podem ser sanadas pelo telefone (17) 3889-1220.

20.3. Fazem parte integrante deste Edital:

20.3.1. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

20.4.2. ANEXO II - MODELO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇO

20.4.3. ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

20.4.4. ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO A HABILITAÇÃO

20.4.5. ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EXPLORAÇÃO DE TRABALHO MENOR

20.4.6. ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

20.4.7. ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE EXAMINOU O EDITAL

20.4.8. ANEXO VIII – MINUTA DE CONTRATO

20.5. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital será competente o foro da comarca de Olímpia, Estado de São Paulo.

E, para que ninguém alegue desconhecimento, o edital resumido é afixado no mural, no Paço Municipal.

Altair-SP, 19 de julho de 2022.

DEVANI BISPO DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal de Altair-SP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Constitui objeto da presente licitação, aquisição de um veículo novo tipo sedã, 0Km (zero quilometro), conforme as especificações descritas neste Termo de Referência – Anexo I.

2. JUSTIFICATIVA

A aquisição do veículo se faz necessária para o uso cotidiano do legislativo para auxiliá-lo no cumprimento de suas atividades diárias e agenda, considerando a necessidade de movimentação do Chefe do Poder Legislativo em viagens contínuas pelo Município, pelo Estado e fora do Estado em prol do interesse público.

A especificação mínima exigida tem fundamento, ainda, num conforto, que o número constante de viagens exige, considerando os diversos trajetos, muitas vezes longos que a função requer.

3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO/VALOR PARA REFERÊNCIA

| Descrição do Veículo | Quant | Un | Valor Unitário Referencia |
|---|------------|---------|---------------------------|
| VEÍCULO 0KM - TIPO SEDAN Veículo Zero Km; Primeiro Emplacamento de Nota Fiscal de Concessionária Ou Fabricante; Ano e Modelo de Fabricação Mínimo 2022/2022. Veículo Automotor, Tipo Sedan, Tipo Passageiros, Cor metálica cinza, 04 Portas, Motor 1.0 turbo, cavalaria mínima 116, potencia superior a 110 CV no Mínimo em um dos Combustíveis, Rpm Mínimo 5.700, Bicombustível (Álcool/Gasolina), Câmbio Automático de no Mínimo 06 Velocidades, Direção Elétrica, Mínimo de 04 Air Bag's, Cinto de Segurança de Três Pontos para Passageiros Dianteiro e Traseiros, Volante com Regulagem de Altura, Ar Condicionado, Multimídia com Tela Touch Lcd, Radio Am/Fm e USB, Câmera de Ré, Alarme e Vidros Elétricos Dianteiros e Traseiros, Desembaçador Dianteiro e Traseiro, Retrovisores Elétricos com Comando Interno, Abertura Interna do Tanque de Combustível e Porta Malas, Rodas em Liga Leve Originais de Fábrica e da Versão do Veículo, Aro Mínimo 16", Freios Mínimo "ABS", Controle Eletrônico de Tração, Barra se Proteção Nas Portas, demais itens em conformidade PROCONVE, e Legislação de Transito em Vigor. Garantia Mínima Total de 12 (Doze) Meses. Com Concessionaria ou Oficina Autorizada em um raio de 100 Km da Sede da Prefeitura de Altair/SP para revisões dentro da garantia. | 01 (Um) | Unidade | R\$ 111.648,33 |

4. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E ACEITABILIDADE DO OBJETO

4.1. O objeto deste Termo, deverá ser entregue no local indicado pelo requerente, no horário de 8h às 16h. O veículo será solicitado o mais breve possível após formalização do contrato, tendo a empresa um prazo mínimo de 30 dias para entrega e prazo máximo de 60 dias.

4.2. O veículo deverá ser entregue intacto, sem amassados, danificações ou qualquer outro defeito que possa comprometer a qualidade do mesmo, respeitando sua composição original.

4.3. O veículo apresentado na proposta não poderá ser substituído por outro no ato da entrega.

4.4. A empresa deverá obedecer aos prazos determinados para a entrega do objeto. No caso do não cumprimento dos prazos determinados será aplicado multa por atraso, independentemente de notificação, conforme especificado no ato convocatório.

4.5. A empresa vencedora do objeto será responsável pela substituição, troca ou reposição do mesmo, porventura entregue com defeito, danificado, ou não compatível com as especificações do edital.

4.6. Durante o prazo de garantia do objeto o fornecedor fica obrigado a substituir o veículo com problemas, bem como, apresentar concessionária ou oficina autorizada em um raio de até 100 km da sede da prefeitura de Altair/SP para revisões dentro da garantia.

5. ESTIMATIVA DE CUSTO, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO PAGAMENTO

5.1. O custo total estimado para aquisição do objeto deste Termo de Referência é de R\$ 111.648,33 (cento e onze mil, seiscentos e quarenta e oito reais e trinta e três centavos).

5.2. As despesas decorrentes do objeto licitado correrão por conta da Dotação Orçamentária:

Código da Ficha 2

Órgão 01 – Poder Legislativo

Unidade 01 – Câmara Municipal

Dotação: 01.031.0001.1002.00004.4.90.52.00

Natureza da Despesa: Equipamentos e Material Permanente.

5.3. A Câmara Municipal de Altair do Estado de São Paulo efetuará o pagamento, mediante ordem bancária, contra qualquer entidade bancária indicada na proposta, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, no prazo de até 30 (trinta) dias, após o recebimento definitivo da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor requisitante.

6. DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

6.1. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, e terá início imediato a partir da assinatura do termo contratual.

6.2. De conformidade com a Lei Federal nº 8.880, de 27 de maio de 1.994, o valor total do contrato não será reajustado nos 12 (doze) primeiros meses de execução e vigência, salvo se ocorrerem alterações unilaterais ou por acordo das partes, quando, então, se resultarem em aumento de encargos da empresa CONTRATADA, será restabelecido mediante celebração de aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial da avença.

6.3. Fica podendo em qualquer caso podendo ser prorrogado por igual período e por acordo entre as partes, respeitado o disposto no inciso II do artigo 57 da Lei Federal n. 8.666/93.

7. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. A licitante poderá ficar pelo prazo de até 05 (cinco) anos impedida de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciada do Cadastro de Fornecedores deste Órgão, quando:

- a) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) Apresentar documentação falsa;
- c) Convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- e) Não mantiver a proposta;
- f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo;
- h) Cometer fraude fiscal.

7.2. Nos termos do artigo 86 da Lei 8.666/93, nas hipóteses de atraso injustificado no fornecimento do objeto ou descumprimento de cláusula contratual, será aplicada multa de mora à CONTRATADA de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, ou por ocorrência do descumprimento.

7.2.1. O atraso injustificado no fornecimento do objeto superior a 15 (quinze) dias, caracteriza a inexecução total do contrato.

7.3. Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Prefeitura Municipal de Altair do Estado de São Paulo poderá nos termos do art. 87 da Lei 8.666/93, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

7.4. A aplicação de multas, bem como a anulação do empenho ou a rescisão do contrato, ou todas as sanções relacionadas neste termo de referência serão precedidas de processo administrativo, mediante o qual se garantirá a ampla defesa e o contraditório.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

8.1. Fica a CONTRATANTE às seguintes obrigações:

8.1.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

8.1.2. Pagar a importância correspondente à aquisição, no prazo contratado.

8.1.3. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a CONTRATADA entregar fora das especificações deste Termo de Referência.

8.2. Fica a CONTRATADA às seguintes obrigações:

8.2.1. Substituir, às suas expensas, no total ou em parte, nos prazos estabelecidos, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua aplicação nos equipamentos que os utilizarem.

8.2.2. Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por

quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei, ligadas ao cumprimento do presente Contrato.

8.2.3. Responsabilizar-se por todos os custos operacionais, encargos trabalhista, fiscais e previdenciários. Pela informação, qualidade e correção do objeto entregue.

8.2.4. Realizar a entrega do objeto ao servidor municipal e colher assinatura de recebimento do mesmo, ou forma similar que comprove a entrega.

9. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Será designado por intermédio de Portaria, após a realização dos procedimentos licitatórios, um servidor do quadro de funcionários da Câmara Municipal de Altair/SP para gerir e fiscalizar o contrato.

10. DAS CONDIÇÕES GERAIS

10.1. O valor estimado da contratação foi apurado através de pesquisas de preço no mercado regional.

10.2. Os quantitativos do objeto são valores estimados, o que implica na sua total ou parcial execução.

10.3. A contratação do objeto deste Termo de Referência está embasada na Lei nº 10.520/02, no que couber a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar nº 123/06 e demais normas pertinentes, bem como o que dispõe o edital.

ANEXO II - MODELO PROPOSTA DE PREÇOS

A empresa _____, CNPJ N.º: _____, com sede na _____, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins do Pregão Presencial 02/2022, vem apresentar a seguinte proposta de preço:

| Item | Descrição do veículo | Quant | Uni | Marca Modelo/Ano | Valor (R\$) |
|------|--|------------|---------|------------------|-------------|
| 01 | <p>VEÍCULO OKM - TIPO SEDAN</p> <p>Veículo Zero Km; Primeiro Emplacamento de Nota Fiscal de Concessionária Ou Fabricante; Ano e Modelo de Fabricação Mínimo 2022/2022. Veículo Automotor, Tipo Sedan, Tipo Passageiros, Cor metálica cinza, 04 Portas, Motor 1.0 turbo, cavalaria mínima 116, potência superior a 110 CV no Mínimo em um dos Combustíveis, Rpm Mínimo 5.700, Bicombustível (Álcool/Gasolina), Câmbio Automático de no Mínimo 06 Velocidades, Direção Elétrica, Mínimo de 04 Air Bag's, Cinto de Segurança de Três Pontos para Passageiros Dianteiro e Traseiros, Volante com Regulagem de Altura, Ar Condicionado, Multimídia com Tela Touch Lcd, Radio Am/Fm e USB, Câmera de Ré, Alarme e Vidros Elétricos Dianteiros e Traseiros, Desembaçador Dianteiro e Traseiro, Retrovisores Elétricos com Comando Interno, Abertura Interna do Tanque de Combustível e Porta Malas, Rodas em Liga Leve Originais de Fábrica e da Versão do Veículo, Aro Mínimo 16", Freios Mínimo "ABS", Controle Eletrônico de Tração, Barra se Proteção Nas Portas, demais itens em conformidade PROCONVE, e Legislação de Transito em Vigor. Garantia Mínima Total de 12 (Doze) Meses. Com Concessionaria ou Oficina Autorizada em um raio de 100 Km da Sede da Prefeitura de Altair/SP para revisões dentro da garantia.</p> | 01 (Um) | Unidade | | R\$ (reais) |

Se vencedora, na qualidade de representante legal assinará o Contrato o(a) Sr.(a) _____ portador(a) da carteira de identidade RG n.º _____ e CPF/MF sob o n.º _____ residente e domiciliado a rua/av. _____ n.º ____; bairro: _____, na cidade de _____ / Estado de _____.

Prazo de validade da proposta (mínimo de sessenta dias): _____

Prazo de entrega do objeto (máximo de 150 dias): _____

Local da entrega: conforme indicado no documento de requisição.

DADOS BANCÁRIOS

N.º da conta corrente: _____ - ____

Banco(cód): _____

Agência(cód): _____

DADOS PESSOAIS P/ CONTATO

Telefone: fixo () _____ - _____ / cel. () _____ - _____

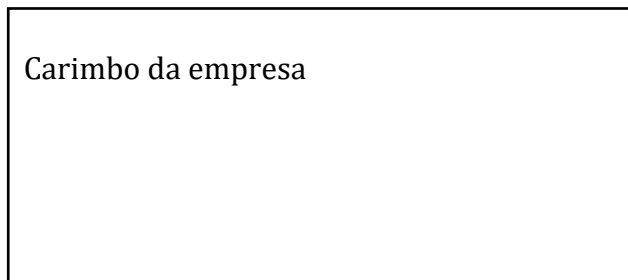
Endereço eletrônico (e-mail): _____

Cidade/UF, ____ de _____ de 2022.

Assinatura do Responsável Legal

Cargo/Função

Carimbo da empresa

A large, empty rectangular box with a black border, intended for a company stamp or seal.

ANEXO III – MODELO DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A empresa _____, CNPJ N.º: _____, com sede na _____, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, para cumprimento do previsto no inciso VII do artigo 4.º da Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, para os fins de participação de Pregão Presencial 13/2021, **DECLARA** expressamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital do Pregão em epígrafe.

_____, ____ de _____ de 2022.

Assinatura do Responsável Legal
Cargo/Função

OBS.: Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após a abertura da sessão, antes e separadamente dos envelopes (Proposta de Preço e Habilitação), no ato do credenciamento.

**ANEXO IV – MODELO DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA
DE FATO IMPEDITIVO À HABILITAÇÃO**

A empresa _____, CNPJ N.º: _____, com sede na _____, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins do Pregão Presencial nº 02/2022, **DECLARA** expressamente que até a presente data **INEXISTEM** fatos impeditivos da habilitação da ora Declarante no presente procedimento licitatório.

_____, _____ de _____ de 2022.

Assinatura do Responsável Legal
Cargo/Função

OBS.: Esta declaração deverá ser anexa dentro do envelope dos “Documentos de Habilitação”, conforme disposto no edital.

**ANEXO V – MODELO DECLARAÇÃO DE NÃO EXPLORAÇÃO
DE TRABALHO DE MENOR (CF, art. 7º, XXXIII)**

A empresa _____, inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o Sr. (a) _____ portador (a) do RG nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/1993, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz.

Ressalva: Emprega menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz (___).

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

_____, _____ de _____ de 2022.

Assinatura do Responsável Legal
Cargo/Função

OBS.: Esta declaração deverá ser anexa dentro do envelope dos “Documentos de Habilitação”, conforme disposto no edital.

**ANEXO VI – MODELO DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA
OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

A empresa _____, CNPJ N.º: _____, com sede na _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____ portador(a) da Carteira de Identidade n.º. _____ e do CPF n.º. _____, **DECLARA**, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, ser _____ (microempresa ou empresa de pequeno porte) nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º. 123 / 06.

_____, ____ de _____ de 2022.

Assinatura do Responsável Legal
Cargo/Função

OBS.: Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após a abertura da sessão, antes e separadamente dos envelopes (Proposta de Preço e Habilitação), no ato do credenciamento.

ANEXO VII – MODELO DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DO EDITAL

A empresa _____, CNPJ N.º: _____, com sede na _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____ portador(a) da Carteira de Identidade n.º. _____ e do CPF n.º. _____, **DECLARA**, que a empresa examinou o presente edital e seus anexos e que concorda com o conteúdo analisado e submete-se a todas as exigências estabelecidas no mesmo.

_____, _____ de _____ de 2022.

Assinatura do Responsável Legal
Cargo/Função

OBS.: Esta declaração deverá ser anexa dentro do envelope dos “Documentos de Habilitação”, conforme disposto no edital.

ANEXO VIII – MINUTA DO CONTRATO

A CÂMARA MUNICIPAL DE ALTAIR/SP com sede na Rua 04, nº 240 - Centro, inscrita no CNPJ sob o nº, neste ato representado pelo(a) Sr.(a) Presidente da Câmara Municipal,, portador(a) do RG nº e inscrito no CPF/MF nº, ora denominada CONTRATANTE e de outro lado a Empresa estabelecida na Rua/Av., nº, bairro, CEP-..., na cidade de, Estado de, inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada pelo Sr.(a), portador(a) do RG nº e inscrito no CPF/MF nº, residente e domiciliado em, ora denominada CONTRATADA.

Têm entre si justo e acordado o que segue, nos termos do Pregão Presencial nº 02/2022, sujeitando-se os contratantes às normas da Lei Federal 8666/93, cujo Edital e seus anexos passam a fazer parte integrante do presente, independentemente de transcrição.

CLAUSULA I – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente contrato, a aquisição de um veículo novo tipo sedã, 0Km (zero quilometro), conforme as especificações descritas no Termo de Referência - ANEXO I

CLAUSULA II – DA VIGÊNCIA

2.1. O contrato terá prazo de vigência de 12 meses, a partir da data de sua assinatura, com início em ** de de 2022 e término em ** de de 2023.

2.2. De conformidade com a Lei Federal nº 8.880, de 27 de maio de 1.994, o valor total do contrato não será reajustado nos 12 (doze) primeiros meses de execução e vigência, salvo se ocorrerem alterações unilaterais ou por acordo das partes, quando, então, se resultarem em aumento de encargos da empresa CONTRATADA, será restabelecido mediante celebração de aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial da avença.

2.3. Fica podendo em qualquer caso podendo ser prorrogado por igual período e por acordo entre as partes, respeitado o disposto no inciso II do artigo 57 da Lei Federal n. 8.666/93.

CLAUSULA III - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

3.1. A entrega deverá ser única e combinada com antecedência. A CONTRATADA terá até 30 dias após recebimento do documento de requisição para realizar a entrega.

3.1.1. A entrega deverá ser efetuada no local indicado pelo solicitante no documento de requisição, a qual será de total responsabilidade e risco da CONTRATADA, incluindo o transporte, carga e descarga, sendo a aceitação do objeto realizada pelo Fiscal do contrato, indicado pelo Departamento solicitante.

3.1.2. Deverá a CONTRATADA entregar o objeto conforme condições e especificações exigidos no ANEXO I, do Termo de Referência.

3.2. O objeto deste contrato deverá ser entregue na mesma forma em que é apresentado no comércio, desde que atenda às especificações solicitadas.

3.3. Durante o prazo de garantia do objeto o fornecedor fica obrigado a substituir o veículo com problemas, bem como, apresentar concessionária ou oficina autorizada em um raio de até 100 km da sede da prefeitura de Altair/SP para revisões dentro da garantia.

CLAUSULA IV – DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. – O Município pagará à CONTRATADA o valor global de R\$ ____ (_____).

4.2. – Deverão estar incluídas no preço do objeto, todas as despesas, sem quaisquer ônus para a Administração Pública, tais como frete, carga, descarga, tributos e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

4.3. A Prefeitura Municipal de Altair do Estado de São Paulo efetuará o pagamento, mediante ordem bancária, contra qualquer entidade bancária indicada na proposta, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, no prazo de até 30 (trinta) dias, após o recebimento definitivo da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor requisitante.

4.4. – Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser automaticamente descontadas do pagamento a que fizer jus à CONTRATADA;

4.5. – A Nota Fiscal só será liberada quando o objeto deste contrato estiver em total conformidade com as especificações;

CLÁUSULA V – DOS RECURSOS FINANCEIROS

5.1. A despesa, decorrente da execução do contrato, correrão à conta da dotação orçamentária n°:

Código da Ficha 2

Órgão 01 – Poder Legislativo

Unidade 01 – Câmara Municipal

Dotação: 01.031.0001.1002.00004.4.90.52.00

Natureza da Despesa: Equipamentos e Material Permanente.

CLÁUSULA VI – DAS PRERROGATIVAS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1. Acompanhar e fiscalizar, por meio de preposto designado pelo titular do Departamento requisitante, a execução da entrega do objeto deste contrato;

6.1.1. Verificar se a entrega do objeto aconteceu conforme o pactuado.

6.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

6.3. Pagar a importância correspondente à aquisição, no prazo contratado;

6.3.1. Efetuar o pagamento na forma e previstos neste contrato.

6.4. O Departamento requisitante, por meio de representante e a qualquer tempo, terá acesso à inspeção do objeto a ser entregue pela CONTRATADA, verificando as condições de atendimento à proposta;

6.4.1. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a CONTRATADA entregar fora das especificações deste Termo de Referência.

6.5. Controlar o prazo de vigência deste contrato;

6.6. Cuidar da prorrogação/alterações deste contrato junto à autoridade competente;

6.7. Fiscalizar o cumprimento das cláusulas contratuais pela CONTRATADA, comunicando a CONTRATADA as irregularidades.

6.8. Paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução da entrega, de forma parcial ou total, mediante pagamento único e exclusivo da entrega executada;

6.9. Solicitar à CONTRATADA a entrega do objeto indicando o dia que deverá ser entregue e local.

CLÁUSULA VII – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Executar a entrega em conformidade com os parâmetros delineados em propostas apresentadas e aos rigores previsíveis em normas de regência;

7.2. Manter à frente pessoa qualificada, para representá-la junto à fiscalização;

7.3. Proceder à substituição do pessoal, quando necessário, que por qualquer motivo fique impossibilitado de realizar a entrega;

7.4. Responsabilizar-se por danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, ou por seu empregado ou preposto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização;

7.5. Assumir toda responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da entrega, objeto deste contrato;

7.6. Participar o poder público, com a antecedência necessária para eventuais diligências a seu encargo;

7.7. Caberá à CONTRATADA consultar com antecedência os seus fornecedores quanto aos prazos de entrega do objeto especificado, não cabendo, portanto, a justificativa de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte do fornecedor;

7.8. Substituir, às suas expensas, no total ou em parte, nos prazos estabelecidos, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua aplicação nos equipamentos que os utilizarem.

7.9. Informar a CONTRATANTE sobre quaisquer incorrências com antecedência para que sejam tomadas decisões assertivas, não ocorrendo a paralisação da execução do contrato.

CLÁUSULA VIII – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Nos termos do artigo 86 da Lei 8.666/93, nas hipóteses de atraso injustificado no fornecimento do objeto ou descumprimento de cláusula contratual, será aplicada multa de mora à CONTRATADA de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, ou por ocorrência do descumprimento.

8.2. O atraso injustificado no fornecimento do objeto superior a 15 (quinze) dias, caracteriza a inexecução total do contrato.

8.3. Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Prefeitura Municipal de Altair do Estado de São Paulo poderá nos termos do art. 87 da Lei 8.666/93, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir

a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

8.4. A CONTRATADA que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta ou o lance, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Altair/SP, sem prejuízo das sanções impostas pela legislação vigente;

8.5. Na hipótese de descumprimento das normas deste contrato ou da inexecução total ou parcial da entrega, o MUNICÍPIO, garantido a apresentação de prévia defesa, aplicará ao CONTRATADO, sem prejuízo da responsabilização civil e penal cabíveis, MULTAS das seguintes sanções:

a) 0,1% (dois décimos por cento) do valor total, por dia, que ultrapassar o prazo previsto para entrega dos mesmos, até o 15º (décimo quinto) dia de atraso;

b) Na hipótese de descumprimento das exigências referentes às especificações técnicas, ou de quaisquer disposições deste contrato, bem assim, atraso superior a 15 (quinze) dias, a CONTRATADA ficará sujeita à multa de 10% (dez por cento) do valor total do objeto;

8.5.1. As multas que se referem os itens “b.1” e “b.2”, uma vez aplicadas e para efeito de cobrança, serão automaticamente deduzidas do pagamento à credora;

8.5.2. As multas não são compensatórias e não excluem as perdas e danos resultantes.

8.6. A sanção estabelecida na letra “a” do subitem “8.5” poderá ser aplicada juntamente com a da letra “b”, facultada a defesa do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

8.7. A sujeição da aplicação das penalidades ao exercício do contraditório não impede a Administração de, a bem do interesse público, rescindir o contrato de forma unilateral e imediata, ocasião em que a defesa e o recurso administrativo não terão efeito suspensivo;

8.8. Sem prejuízo do exercício do contraditório, as penalidades previstas neste contrato poderão deixar de ser aplicadas, pela metade, caso a CONTRATADA demonstre que promoveu atos que reduziram efetivamente os danos resultantes de sua conduta, ou ainda, no caso de culpa recíproca.

8.8.1. Se a redução dos danos for completa, as penalidades poderão ser reduzidas em até 2/3 (dois terços);

8.9. A demonstração dos fatos ensejadores da penalidade, bem como da redução a que se referem os itens 8.8 e 8.8.1, serão efetuadas em procedimento próprio e posteriormente submetidas à análise do Departamento Jurídico, para recomendação das providências cabíveis.

8.10. A aplicação de multas, bem como a anulação do empenho ou a rescisão do contrato, ou todas as sanções relacionadas neste contrato serão precedidas de processo administrativo, mediante o qual se garantirá a ampla defesa e o contraditório.

CLAUSULA IX – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1. Nos termos do artigo 77 da Lei 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais previstas em lei e/ou no presente contrato.

9.2. Constituem motivos para rescisão contratual o dispostos no artigo 78 da Lei 8.666/93.

9.3. A rescisão contratual poderá ser determinada conforme dispõe o artigo 79 e 80 da Lei 8.666/93.

CLAUSULA X - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Integram este contrato, independente de transcrição, todos os documentos vinculados ao Processo de Licitação – Pregão Presencial nº 13/2021 (Proposta e Habilitação), observados, no que couber, os disciplinamentos ditados nas Leis Federais nos 8.666/93 e 10.520/2002.

10.2. Os casos omissos serão dirimidos de comum acordo entre as partes, com base na legislação em vigor.

10.3. As alterações posteriores, que se façam necessárias neste instrumento, serão efetuadas por “Termos Aditivos”, que integrarão o contrato, para todos os fins e efeitos de direito.

10.4. Fica a contratada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme artigo 55, inciso XIII da Lei 8.666/93.

CLAUSULA XI - DO FORO

11.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Olímpia/SP para dirimir quaisquer conflitos oriundos deste Contrato, renunciando a qualquer outro especial ou de execução.

E, por estarem assim contratadas, as partes assinam este contrato em 03 (três) vias, de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Câmara Municipal de Altair/SP, em *** de ***** de 2022.

DEVANI BISPO DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal de
Altair-SP

Representante Legal

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____